



## MUNICÍPIO DE FAFE

### EDITAL

**DOUTOR RAUL JORGE FERNANDES DA CUNHA, LICENCIADO EM MEDICINA E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE:-----**

-----TORNA PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que em reunião ordinária realizada em dezanove de junho de dois mil e catorze, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o **Regulamento do Fundo de Emergência Social do Município de Fafe**, sancionada pela Assembleia Municipal em sessão ordinária, realizada em cinco de Dezembro de dois mil e catorze.-----

-----Mais torna público que o referido documento se encontra publicado na página do Município em [www.cm-fafe.pt](http://www.cm-fafe.pt), e entra em vigor no dia seguinte à presente publicação.-----

-----Para os devidos efeitos se publica este EDITAL e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugar público do costume.-----

**PAÇOS DO CONCELHO DE FAFE, DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

**RAUL CUNHA**

## ÍNDICE REMISSIVO

- . Artigo 1º - Lei Habilitante
- . Artigo 2º - Objeto
- . Artigo 3º - Conceitos
- . Artigo 4º - Natureza do apoio
- . Artigo 5º - Tipologia apoios
- . Artigo 6º - Condições gerais de acesso
- . Artigo 7º - Sinalização de Emergência Social
- . Artigo 8º - Instrução do pedido
- . Artigo 9º - Duração do apoio
- . Artigo 10º - Valor máximo do apoio
- . Artigo 11º - Formas de pagamento
- . Artigo 12º - Apreciação dos pedidos
- . Artigo 13º - Decisão
- . Artigo 14º - Obrigações dos beneficiários
- . Artigo 15º - Cessação e devolução de apoios
- . Artigo 16º - Confidencialidade
- . Artigo 17º - Duvidas e omissões
- . Artigo 18º - Entrada em vigor



## **Artigo 1.º**

### **Lei habilitante**

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e no uso das competências previstas nas alíneas k) e v) do artigo 33º da lei 75/2013, de 12 de Setembro.

## **Artigo 2.º**

### **Objeto**

O presente Regulamento destina-se a definir as condições e procedimentos para atribuição de apoios económicos, a conceder pelo Município de Fafe, no âmbito do Fundo Municipal de Emergência Social, doravante designado por FMES.

## **Artigo 3.º**

### **Conceitos**

Para efeito do disposto no presente Regulamento considera-se:

a) Agregado familiar - o conjunto de pessoas que vivem em regime de comunhão de mesa e habitação, constituída pelos cônjuges ou por quem viva em condições análogas aos cônjuges, nos termos do artigo 2020 do código civil e da Lei n.º 7/2011, de 11 de maio, e pelos parentes ou afins em linha reta ou até ao terceiro grau da linha colateral, bem como pelas pessoas relativamente às quais, por força da lei, haja obrigação de convivência ou de alimentos;

b) Situação de carência económica – agregados familiares ou indivíduos isolados, com idade igual ou superior a dezoito anos, em situação de autonomia sócio económica, cujos rendimentos se situam abaixo do Limiar da Pobreza que corresponde a 60% do rendimento mediano (por adulto equivalente) auferido no país.

c) Rendimento por adulto equivalente - resultado obtido pela divisão do rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família. É utilizada a escala de equivalência modificada da OCDE, a qual " atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança dentro do agregado.

d) Emergência social - situação de gravidade excecional resultante da insuficiência económica inesperada e/ ou de fatores de risco social e de saúde no seio do agregado familiar, para a qual as entidades competentes nas respectivas áreas de actuação não possam dar resposta em tempo útil;

e) Subsídio - valor de natureza pecuniária, de carácter pontual;

f) Rendimento mensal - todos os recursos do agregado familiar, provenientes de trabalho, pensões, prestações complementares, subsídios de desemprego, subsídio de doença, indemnizações ou prestações mensais de seguradoras, pensões de alimentos, ou quaisquer outros traduzíveis em numerário;

#### **Artigo 4.º**

##### **Natureza do apoio**

1- Os apoios previstos no presente regulamento são de natureza pontual, tendo como objectivo primordial minorar ou suprir a situação de carência económica dos indivíduos e/ou famílias, prevenir o agravamento da situação de risco social em que estes se encontram e promover a sua inclusão.

2 - Os apoios podem ser complementares a outros que o indivíduo ou agregado familiar possam usufruir, quando os mesmos se revelarem comprovadamente, insuficientes, segundo os princípios da subsidiariedade, integração, articulação e cooperação.

3- Os montantes a afetar ao FMES, previstos no presente regulamento, constam das grandes opções do plano e são inscritos no orçamento anual da Câmara Municipal, tendo como limite o montante aí fixado.

#### **Artigo 5.º**

##### **Tipologia de apoios**

O Município concede apoios, orientados para medidas concretas, em diferentes áreas possíveis, em função das necessidades apresentadas pelo requerente, inserido ou não em agregado familiar, designadamente:



- a) Comparticipação no pagamento de despesas domésticas, nomeadamente, faturação de água, eletricidade e gás;
- b) Comparticipação no pagamento de mensalidades nos equipamentos de apoio na área da infância, idosos, deficiência;
- c) Comparticipação com despesas em medicamentos, aprovados pelo Infarmed, tratamentos e outros dispositivos de uso clínico, prescritos pelo médico;
- d) Comparticipação em despesas de educação, indispensáveis e devidamente comprovadas pelo estabelecimento de ensino (livros e material escolar);

#### Artigo 6.º

##### Condições Gerais de Acesso

1- São condições gerais cumulativas de acesso á atribuição dos apoios previstos no presente regulamento:

- a) Ser residente há mais de um ano no concelho de Fafe;
- b) Ter mais de dezoito anos de idade;
- c) No caso de o requerente ser inquilino de imóvel pertencente ao parque habitacional do município, ter a situação da renda mensal regularizada;
- d) Pertencer a um agregado familiar em situação de carência económica, de acordo com o artigo 3, alínea b).

2- O cálculo do rendimento por adulto equivalente é obtido através da seguinte fórmula:

$$RLM * 14/12 = RMM$$

$$RMM/EE=RAE$$

RLM- Rendimento liquido mensal;

RMM- Rendimento médio mensal;

EE- Escala de equivalência ( 1;0,5;0,3);

RAE- Rendimento por adulto equivalente.

## Artigo 7.º

### Sinalização de situações de emergência social

Qualquer cidadão e/ou entidade local encontra-se em condições de efectuar a sinalização da situação de emergência social junto do Serviço de Ação Social da Autarquia.

## Artigo 8.º

### Instrução do pedido de apoio

1 - O pedido de apoio deve ser instruído em formulário próprio, fornecido pelos serviços da autarquia e entregue nos serviços de ação social.

2 - O formulário deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópias dos documentos de identificação do indivíduo e de todos os membros do agregado familiar;

2.2- Atestado de residência, atualizado, emitido pela junta de freguesia, e no qual conste confirmação da constituição do agregado familiar;

2.3- Fotocópias dos documentos comprovativos referentes aos rendimentos de todos os elementos do agregado familiar, designadamente:

a) Declaração do modelo 3 do IRS ou, se for caso disso, declaração de isenção emitida pela Repartição de Finanças e os dois últimos recibos de vencimento, ordenados, salários ou outras remunerações;

b) Rendas temporárias e vitalícias;

c) Pensões de reforma, de aposentação, velhice, invalidez ou outras;

d) Quaisquer outros subsídios (desemprego, pensão de alimentos, RSI ou outros de direito)

2.4 – Declaração do requerente, sob compromisso de honra, da veracidade de todas as declarações prestadas na instrução do processo.

3 - A Câmara Municipal de Fafe poderá, para efeitos de análise dos pedidos de apoio e em caso de dúvida sobre a situação de carência, desenvolver diligências complementares que considere adequadas ao apuramento da situação sócioeconómica do agregado familiar, nomeadamente junto dos serviços de ação social do concelho.



4 - O requerente fica obrigado a comunicar à CMF quaisquer alterações à informação constante nos documentos referidos no n.º 2, que ocorram no decurso do processo de atribuição dos apoios, no prazo máximo de 5 dias úteis.

5 - Após início do processo de candidatura, o requerente tem 15 dias úteis para entregar todos os documentos solicitados, sob pena do processo ser indeferido, salvo se o atraso for da responsabilidade de entidade terceira.

#### **Artigo 9.º**

##### **Duração do apoio**

Os apoios concedidos ao abrigo do presente regulamento têm carácter pontual e encontram-se sujeitos ao disposto no artigo seguinte, cessando a 31 de dezembro de cada ano civil.

#### **Artigo 10.º**

##### **Valor máximo do apoio**

1- Em conformidade com o grau de carência económica verificado, o apoio a conceder a cada indivíduo ou agregado, poderá ter o valor máximo de dois salários mínimos nacionais, em vigor naquele ano civil.

2 - Cada agregado poderá beneficiar de vários apoios pontuais, até ao montante máximo previsto no número anterior.

#### **Artigo 11.º**

##### **Formas de pagamento**

1 - O pagamento do montante atribuído está sempre condicionado à apresentação dos comprovativos prévios de despesa.

2 - O beneficiário fica obrigado, a confirmar por apresentação de recibo ou outro documento comprovativo, no prazo limite de 5 dias, que o montante atribuído foi aplicado para o fim que foi aprovado.

3 - O apoio concedido é pago diretamente pelos serviços de tesouraria da CMF em numerário ou em cheque.



## **Artigo 12.º**

### **Apreciação dos pedidos**

A receção, análise e acompanhamento dos processos de atribuição de apoio no âmbito do presente regulamento é da responsabilidade do Serviço de Ação Social, cabendo a este serviço:

- a) A análise das candidaturas, emitindo informação, com avaliação e diagnóstico da situação sócio-económica do requerente, para deliberação pelo executivo municipal;
- b) Realizar diligências junto de outros serviços, entrevistas e visitas domiciliárias, com vista a confirmar os dados fornecidos pelo requerente e complementar a informação social para decisão;
- c) Solicitar outros documentos que entenda pertinentes para análise da situação exposta no requerimento;
- d) Acompanhar e fiscalizar a utilização dos apoios.
- e) Havendo mais do que uma candidatura em apreciação, e caso o valor das mesmas seja superior à verba disponível, far-se-á a graduação das candidaturas preferindo as de menor rendimentos por adulto equivalente (RAE).

## **Artigo 13.º**

### **Decisão**

- 1- A informação sobre o processo deve ser efetuada no prazo máximo de 5 dias, contados a partir da data da receção do pedido nos serviços competentes, desde que devidamente instruído.
- 2- A decisão final da aprovação de atribuição do apoio é da inteira responsabilidade do executivo camarário, competência essa que pode ser delegada.
- 3 - A decisão fica condicionada à disponibilidade da verba existente no FMES e será proferida no prazo máximo de 10 dias.

## **Artigo 14.º**

### **Obrigações dos beneficiários**

1 – Constituem obrigações dos beneficiários:

- a) Comunicar ao Serviço Social da Câmara Municipal a mudança de residência para



fora da área do Concelho, assim como todas as circunstâncias que alterem a situação económica do seu agregado familiar, suscetíveis de influir no apoio a conceder.

b) Não permitir a utilização do apoio por terceiros, nem para fim diverso daquele para o qual foi atribuído.

### **Artigo 15º**

#### **Cessação e devolução dos apoios**

1- O Município faz cessar a prestação do apoio, sempre que se verifique a mudança de residência para fora do Concelho;

2- O município faz cessar e exige a devolução do apoio concedido, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil e criminal daí decorrente, nos seguintes casos:

a) prestação de incompletas, omissas ou falsas declarações pelo requerente;

b) não utilização ou utilização indevida do apoio concedido.

3 – No caso de devolução dos apoios concedidos, o requerente fica inibido de aceder a qualquer tipo de apoio municipal, durante o prazo de um ano.

### **Artigo 16.º**

#### **Confidencialidade**

Todas as pessoas envolvidas no procedimento, gestão e atribuição dos apoios sociais previstos no presente Regulamento, devem assegurar a confidencialidade dos dados pessoais dos requerentes e beneficiários dos apoios do Fundo Social e limitar a sua utilização aos fins a que se destina.

### **Artigo 17º**

#### **Dúvidas e Omissões**

As dúvidas e casos omissos suscitados na aplicação das disposições deste Regulamento, serão supridos por deliberação da Câmara Municipal.

### **Artigo 18º**

#### **Entrada em Vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação nos termos legais.